



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No nono dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Paulo Queiroz. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a palavra o vereador Fernando Carneiro e reportou ter acompanhado, no dia anterior, uma manifestação bastante vigorosa, na Praça da República, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Descreveu-a como um evento de muita luta e unidade, do qual participaram diversos segmentos e movimentos sociais. Informou ter ocorrido uma manifestação oficial, não sabendo determinar se fora organizada pela Prefeitura de Belém ou pelo governo estadual, que impediu a passagem do carro de som da manifestação onde estava. As lideranças desta resolveram então permanecer na Praça da República para evitar atritos, realizando-se ali um ato muito intenso e significativo. Infelizmente, lamentou, o preconceito contra a participação feminina na política, o preconceito contra as mulheres aumentou nos últimos quatro anos, passando de 87% para 89%. O presidente da República, apontou, contribui bastante para isso com posturas e declarações misóginas. A manifestação que acompanhou, descreveu, caracterizou-se pela afirmação de direitos, pela luta contra o feminicídio, o machismo e a misoginia. Fez notar que, às vezes, reproduzimos involuntariamente o machismo existente na sociedade. A participação das mulheres neste parlamento, exemplificou, é absolutamente desproporcional à participação da mulher na vida política de Belém, na vida econômica de nossa cidade, em relação à manutenção das famílias e, percentualmente, em relação à população. Deplorou o aumento da violência física contra as mulheres em nosso país, com mais de mil e trezentos feminicídios cometidos no Brasil somente no ano anterior. É imperativo dar um basta nesta situação, indicou, sendo necessário para tanto adotar políticas públicas, atualmente inexistentes. Contra esse quadro, reiterou, ocorrera o levante feminista do dia anterior, da qual fez questão de participar, embora não tivesse direito a falar, sendo homem. Julgou importante o movimento feminista afirmar-se como parte do processo de empoderamento feminino e da luta contra o feminicídio. Comunicou ter dado entrada neste parlamento, na semana anterior, em um projeto de lei criando uma semana de conscientização e de mobilização contra o feminicídio, batizando-o com o nome das duas jovens que foram assassinadas recentemente em Marituba, Samara e Jennyfer. Declarou posteriormente ter ficado abismado com os alagamentos ocorridos na cidade no último final de semana. Notificou haver um processo de aquecimento global, embora boa parte do governo federal negue essa realidade. Hodiernamente, continuou, é preciso provar que vacina faz bem, que a Terra é redonda e que o aquecimento global existe. Se não há o reconhecimento de que o aquecimento global está ocorrendo, não há preparação para enfrentá-lo e continua-se a fazer as mesmas coisas que há vinte anos. A Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan, estabeleceu, deveria estar fazendo um mapa de recorrência - um mapa de limpeza dos canais, dos bueiros, das bocas de lobo e dos postos de visita – mas não há atualizações. Mencionou o crime cometido pelo governo Duciomar Costa – o roubo das máquinas destinadas à realização das obras de macrodrenagem da bacia do Una, avaliadas em mais de vinte milhões de reais. Até hoje não se sabe o paradeiro desse maquinário e a bacia do Una continua alagando, referiu. Disse ter ficado perplexo com a declaração de um técnico da Sesan, neste dia, de que a população de Belém é a única culpada pelos alagamentos por descartar irregularmente os resíduos. Expressou ser evidente que as pessoas jogam o lixo nas ruas e isso é condenável, mas atribuir unicamente à população a causa dos alagamentos é uma irresponsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém. Ao passar pelas ruas, testemunhou, não vê a PMB dragar os canais e desentupir os bueiros, não há uma limpeza periódica. Não é suficiente fazer o que se fazia no passado, advertiu, é necessário fazer mais porque a situação mudou. Consequentemente, aditou, as pessoas sofrem com os alagamentos, perdem bens que levaram uma vida inteira para conquistar. Aludiu à declaração do vereador Zeca Pirão, feita em plenário na semana anterior, de que Belém é uma cidade abençoada porque depois que chove rapidamente desalaga. Julgou-a em parte verdadeira porque o solo de nossa capital não é tão

impermeabilizado como o de São Paulo, por exemplo. Entretanto, alertou, há regiões na cidade – Marambaia, CDP, Artur Bernardes - que continuam alagadas desde o sábado anterior: não há escoamento porque os bueiros e os canais estão entupidos. Pediu o apoio dos demais vereadores para a aprovação de um projeto de lei – que reapresentara na semana precedente - isentando do pagamento de IPTU os moradores de áreas onde as casas ficam alagadas. Argumentou ser uma imoralidade cobrar IPTU de uma pessoa cuja moradia estivesse alagada. Decretou que a PMB precisa adotar ações preventivas ao invés de atribuir a culpa pelos alagamentos aos moradores. Repetiu ser necessário combater o descarte irregular de resíduos sólidos através de campanhas educativas e punições aos responsáveis. Chamou a atenção, porém, para a inexistência de coleta seletiva, não adiantando o cidadão fazer a separação de materiais para a reciclagem. O prefeito Zenaldo Coutinho já disse anteriormente, afirmou, que a implementação do serviço de coleta seletiva caberá à próxima gestão, embora tenha assinado um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público Estadual do Pará – MPPA comprometendo-se a criá-lo. Há anos, frisou, a PMB deveria ter estabelecido a coleta seletiva, mas, ao invés disso, o prefeito Zenaldo Coutinho, com a aprovação desta Casa, extinguiu o cargo de gari. Agora, censurou, às vésperas da eleição, a PMB está contratando empresas para limpar as ruas, mostrando que a cidade precisa de garis. Como o cargo foi extinto, nunca mais haverá concurso público para gari em nossa cidade. A este respeito, inquiriu se a atividade de limpeza urbana não afeta a qualidade de vida da população. Avaliou como séria a situação de Belém, manifestando a esperança de que haja quórum nesta sessão para este parlamento avançar na solução dos problemas que atingem nossa capital, dando respostas à população que presentemente sofre com as inundações. Pablo Farah tratou também dos problemas ocasionados por três dias de chuvas constantes em nossa cidade. Reconheceu a pertinência do pronunciamento anterior do vereador Fernando Carneiro, anuindo ser necessário cuidar da cidade. Os alagamentos ocorrem há décadas em nossa capital, observou, e é preciso encontrar soluções envolvendo a limpeza e dragagem dos canais e a conscientização das pessoas quanto ao descarte correto de resíduos sólidos. A educação ambiental, refletiu, deve existir desde a infância nas escolas. A PMB deve fiscalizar, fazer a limpeza e realizar ações estruturantes – as macrodrenagens devem ser finalizadas porque a cidade é cercada por rios e ilhas, cortada por canais em todos os bairros. Como tais obras não foram concluídas, ao longo dos anos a situação, ao invés de amenizar, está piorando: áreas que antes não alagavam agora estão alagando. Este parlamento, pontuou, deve encontrar meios de amenizar as dificuldades vividas pela população. Questionou se a isenção do IPTU para moradores de casas que sofrem alagamento é realmente viável e representa solução ou se trará mais dificuldades à PMB, apontando haver vastas áreas periféricas em que a população não paga o imposto. Defendeu opostamente a ampliação do número de cidadãos que pagam o IPTU para aumentar a arrecadação municipal, cobrando-se um valor acessível e justo na periferia. Para exigir da PMB, arrazoou, deve-se também colaborar. Fez notar que grande parte da cidade sofreu alagamentos, inclusive áreas centrais onde moram as pessoas de maior renda, e não seria viável isentar do pagamento do IPTU toda essa população. Argumentou ser mais racional taxar as grandes riquezas em nosso país. Posicionou-se contrariamente a projetos que simplesmente estabeleçam cotas por considerar que não atacam a causa dos problemas. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Toré Lima e Rildo Pessoa. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama. Subiu depois à tribuna o vereador Igor Andrade e agradeceu a Deus pela diminuição das chuvas, após nossa capital ter sido intensamente castigada por elas nos últimos dias. Comentou que nenhuma cidade do Brasil suportaria tal volume de precipitações, agregando que Belém situa-se abaixo do nível do rio, o que piora ainda mais a situação. A respeito do projeto de lei de sua autoria prevendo a isenção do pagamento de IPTU para casas sujeitas a alagamentos, reapresentado pelo vereador Fernando Carneiro, disse ter sido ele arquivado inicialmente por duplicidade. Moa Moraes, presidente da Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis desta Casa, justificara o arquivamento por ser autor de um projeto determinando a isenção de IPTU para casas edificadas em ruas não pavimentadas. Expressou que não contestaria o mérito dessa ação. Ademais, continuou, conversando sobre o projeto com o prefeito Zenaldo Coutinho, este lhe mostrou vários números a respeito da isenção do IPTU e os impactos da diminuição de sua arrecadação. Convenceu-se então de que deveria estudar outra forma de melhorar a situação das pessoas atingidas por alagamentos. Lastimou que, no sábado anterior, Belém tivesse amanhecido completamente debaixo d'água. Contou ter conseguido ainda realizar uma ação social no sábado de manhã na área do Porto da Palha, atendendo mais de cem mulheres, apesar da chuva intensa. Na saída, testemunhou, viu carros boiando na Avenida José Bonifácio e parou para ajudar, levando algumas pessoas em suas casas. Nos bairros do Canudos, Marco, Curió-Utinga, Terra Firme, Guamá as ruas estavam totalmente alagadas, compondo um quadro muito triste, onde inúmeras famílias perderam seus bens, deplorou. Noticiou o início, neste dia, da obra de drenagem da Avenida João Paulo II pela Prefeitura Municipal de Belém, na parte que cruza o Bairro do Curió-Utinga, conforme fora divulgado nas redes sociais. Tendo sido diretor da Unidade de Saúde do Curió-Utinga durante quatro anos, é ali bastante conhecido, inteirou. Compareceu então a um aniversário naquela área e alguns moradores pediram-lhe

explicações sobre o trabalho de drenagem a ser lá realizado e nada pode responder por nada saber a respeito. Pediu então que algum funcionário da Sesan viesse até este parlamento dar informações sobre esta obra - tempo para conclusão, valor e o que será realizado. Esta drenagem, estimou, melhorará o trânsito entre Belém e Ananindeua, eliminando os transtornos causados pelo alagamento do trecho citado. Tal obra, salientou, deveria ter sido realizada anteriormente pelo ex-prefeito Duciomar Costa ou pelo ex-governador Simão Jatene. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário do Expediente, iniciando-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos notificou ter dispensado os funcionários de seu gabinete durante o período dos alagamentos em nossa cidade, atentando que os níveis de água permaneceram altos em algumas regiões desde o sábado anterior. Recordou ter sido assinado, no início dos anos 90 do século anterior - por Jäder Barbalho, em seu segundo mandato como governador do Pará - o Projeto da Macrodrenagem de Belém, em cerimônia ocorrida no Centur. Fazendo a cobertura do evento, como repórter na ocasião, historiou, deu graças a Deus porque os recursos chegariam e os problemas de saneamento de nossa capital seriam resolvidos. Parabenizou o vereador Fernando Carneiro por atribuir ao ex-prefeito Duciomar Costa o desaparecimento das máquinas destinadas à realização da obra de saneamento da bacia do Una, obtidas com o financiamento do BNDES. Reportou que esse maquinário, segundo lhe fora informado, foi doado pelo município de Belém a empresas de compadres para que a PMB pagasse pelo trabalho feito com o equipamento. Desse modo, prosseguiu, os caminhões sumiram, as máquinas sumiram e ficou o dito pelo não dito. As pessoas que vivem em áreas alagadas, advogou, deveriam ser liberadas por seus patrões porque é muito difícil deixar a família em uma situação lamentável, com os bens destruídos. Repudiou a todos os que assumiram o Poder Executivo e nada fizeram por nossa capital ou, pior que isso, ainda locupletaram-se, roubaram os equipamentos que poderiam ser usados para solucionar o problema das inundações. Previu que ainda levaremos mais de cem anos para dar fim a essa calamidade. Pela liderança do PSB, Igor Andrade referiu ter recebido em seu gabinete, na semana anterior, um estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Risco e Desastres Naturais na Amazônia - PPGGRD da Universidade Federal do Pará. Expôs que o aluno, Éverton Gustavo Ferreira Paes, fez um estudo em seu curso de mestrado sobre o IPTU (com o tema justiça tributária ambiental - a relação entre o IPTU e as inundações) pesquisando os valores pagos por moradores do canal da Rua Três de Maio e comparando-os com os valores pagos em outras localidades de Belém. Éverton apresentou-lhe este trabalho e discutiram sobre o tema, relatou. Sugeriu-lhe apresentar um projeto de lei, com o qual concordou amplamente, criando o Auxílio Inundação, no valor de trezentos reais, concedido aos moradores de baixa renda que tiverem seus imóveis atingidos por inundações ou alagamentos no município de Belém. Sugerirá através de requerimento ao governo estadual, revelou, a apresentação do projeto Água Simplificada determinando que o valor da conta de água do imóvel referente a um mês em que este sofreu alagamento seja calculada a partir da média de consumo dos três meses anteriores. Isto se justifica, explicou, porque o consumo de água das residências dobra ou triplica após as inundações, como um estudo mostrou, pois é necessário lavar totalmente os imóveis. Ainda se discutirá, externou, a fonte de recursos para o pagamento do Auxílio Inundação. Em aparte, manifestou-se o vereador Rildo Pessoa. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim agradeceu a Deus por ter recuperado a saúde, após passar alguns dias de agonia. Agradeceu também pela intercessão dos amigos durante esse período difícil. A pessoa vai envelhecendo e torna-se cada vez mais frágil, admitiu. O período que passou na emergência do hospital e, posteriormente, recolhido em sua casa permitiu-lhe uma reflexão sobre a vida, sobre a realidade em que vivemos, enunciou. Precisamos de mais humildade, amor e consideração uns pelos outros, pois não somos nada, discorreu, basta uma virose, basta uma queda para nos deixar fora de atividade. Acompanhando os jornais, acrescentou, pôde ver a situação de nossa cidade, supondo que por muitos anos ainda ocorrerão as inundações neste período de marés altas e muitas chuvas. Por outro lado, ajuizou, Belém está há muito tempo abandonada no que concerne ao saneamento, tendo havido alguns avanços ultimamente, mas de acordo com a maré da governança, de quem governa, e de acordo com o interesse da politicagem veem-se obras, como o canal do Tucunduba, paralisadas. Ressaltou ser o sonho de todos os moradores da Terra Firme, Jabatiteua e Marco que esta obra seja concluída. Entretanto, complementou, não adianta fazer somente o canal, devem ser feitas também as comportas. Indagou o motivo de as áreas onde foi realizada a macrodrenagem ainda alagarem, especulando se as comportas não estariam sendo abertas. Observou que a maré muito alta enche os canais e a água das chuvas, não tendo como fluir, coloca no fundo as áreas mais baixas da cidade, provocando grandes prejuízos. Nessas circunstâncias, anuiu, comumente se culpa o prefeito, lembrando que um gestor de nossa cidade dissera, em ocasião similar, não ser Deus para cobrir a cidade com um guarda-chuva gigante e, assim, evitar as inundações. Desse modo, ponderou, o sofrimento do povo vai perdurando e o momento de crise que o país atravessa torna cada vez mais difícil investir em infraestrutura. Rogou a Deus que alguém em Brasília contribua com nossa cidade para superarmos este momento delicado. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro pediu a seus pares que antes de culparem São Pedro ouvissem os dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Engenharia

Sanitária e Ambiental - ABES, datada de junho de 2019. Reproduziu então as informações do estudo referentes a nossa cidade: somente 12,99% das residências contam com serviço de esgoto (a terceira pior capital do país neste quesito); 0,98% do esgoto recebe tratamento (a pior capital do país neste item); 71,27% da população têm acesso à água tratada (quarto pior índice entre as capitais brasileiras); 95,99% dos resíduos sólidos são coletados (terceira pior capital do país neste item); Belém, em termos gerais, tem o quarto pior saneamento do Brasil. Entretanto, quando chove e alaga, ironizou, a Sesan vai para a televisão culpar a população, retirando toda a responsabilidade da PMB quanto às inundações: a responsabilidade é de Deus, São Pedro, e do povo, porque a Prefeitura está fazendo a sua parte. Contrapôs haver casas alagadas até este dia, desde o sábado anterior, porque a água não escoou devido ao entupimento dos canais. Relembrou que o vereador Moa Moraes justificara o arquivamento do projeto estabelecendo isenção de IPTU para casas que sofrem alagamento por duplicidade, considerando haver um projeto de sua autoria concedendo isenção do tributo para casas situadas em vias não asfaltadas. Lembrou haver casas inundadas em vias asfaltadas cujos moradores não seriam contemplados com a isenção. Por esse motivo, justificou, quer fazer a discussão do projeto para isenção do IPTU em ruas frequentemente alagadas. Assumiu ser favorável ao IPTU progressivo, lembrando aos vereadores de primeiro mandato ter sido o PSOL a barrar, através de uma ação na Justiça, o aumento ilegal de IPTU para os mais pobres e a redução do imposto para os mais ricos. A PMB tentou estabelecer o IPTU regressivo, afirmou, e isso ficou provado, tanto que Justiça proibiu o aumento ilegal que Zenaldo Coutinho tentava impingir à população mais pobre de Belém. Assegurou que deseja fazer o debate, questionando como se sente um morador que perdeu tudo e tem a casa alagada até este dia ao se ver diante do carnê do IPTU. Exortou que também se faça o debate sobre o IPTU progressivo, cobrando-se mais daqueles que têm mais. Pela liderança da Oposição, Enfermeira Nazaré Lima lucubrou que o povo já não tem mais a quem recorrer com a permanência dos alagamentos na cidade. Lugares antes não afetados, pontuou, agora estão inundados, sendo mais lamentável ainda o poder público culpar a população por isso. Cobrou ações educativas da PMB, através de projetos de educação ambiental e orientação às comunidades, quanto à conduta correta para o descarte de resíduos sólidos. Ressaltou a necessidade de maior investimento na coleta de lixo doméstico, na coleta de entulho e na dragagem dos canais. Evidenciou a irreverência de nosso povo mencionando os inúmeros vídeos e memes postados nas redes sociais no dia anterior: pessoas brincando nas vias inundadas, fazendo competição de natação, dando saltos ornamentais, navegando em cascos de geladeira. Opinou serem tentativas de fazer da desgraça um mal menos doloroso, mas são conhecidos os riscos de doenças atingirem essa população. Até mesmo cobras foram encontradas nas casas, agregou, sendo até vergonhoso para os vereadores ir à periferia. Confessou ter receio de ser linchada ao visitar as áreas de alagamento porque as pessoas culpam os parlamentares pelo mal que as atinge. Teve oportunidade, participou, de ouvir a afirmação de que os vereadores não servem para nada, verificando então que o povo não conhece o trabalho e não faz diferença entre os membros do parlamento municipal. afirmou que a cidade está abandonada há quinze anos, a obra de macrodrenagem da bacia do Una está parada, assim como a macrodrenagem da bacia do Tucunduba. Sempre se usa o argumento de que Belém situa-se abaixo do nível do rio, apontou, contrapondo haver tecnologia para evitar os alagamentos. Sobrelevou ser imperativo, a partir de 2021, investir em saneamento básico, realizar obras para impedir as inundações em nossa capital. A população, frisou, tem nestas eleições a oportunidade de eleger um prefeito que tenha responsabilidade com o saneamento de nossa cidade. Em aparte, manifestou-se o vereador Êmerson Sampaio. Pela liderança do bloco PSC – PPS, José Dinelly parabenizou o vereador Nehemias Valentim por seu pronunciamento anterior, salientando que muitos se acham poderosos, mas poderoso é Deus, nosso pai, que nos colocou no mundo. Pediu àqueles que não têm Deus no coração que O procurem o mais rápido possível porque todos veem os sinais horríveis que estão aparecendo. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. O presidente Fabrício Gama pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Rildo Pessoa solicitando a realização de uma sessão especial para debater a inserção do pré-São João no calendário de eventos do município, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura e votação do requerimento do vereador Dr. Elenilson solicitando a concessão de um dia de licença parlamentar, em 11/03/2020, para tratar de assuntos pessoais, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando a realização de uma sessão especial para comemorar o Dia Municipal da Igreja Assembleia de Deus Ministério Portas Abertas. Fez o encaminhamento o vereador Sargento Silvano. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Adriano Coelho solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 04/02/2020, intitulada "Diagnóstico precoce ainda é o melhor remédio para combater o câncer". Fez o encaminhamento o vereador Adriano Coelho. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se depois à leitura do

requerimento do vereador Igor Andrade solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 09/03/2020, intitulada "Prefeitura inicia drenagem da Avenida João Paulo II". Fizeram encaminhamentos os vereadores Igor Andrade, Adriano Coelho (com aparte da vereadora Professora Nilda Paula), Amaury da APPD, Toré Lima, Sargento Silvano, Dr. Elenilson e Rildo Pessoa, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, fez-se a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação da emenda ao Artigo 1º do projeto que "Estabelece prioridade e obrigatoriedade de matrícula e transferência, sem limitação de vagas de Transtorno de Espectro Autista – TEA, nas creches e instalações de ensino público e privadas, de ensino Infantil e Fundamental no município de Belém", constante no Processo nº 2146/19, de autoria do vereador Wilson Neto. O vereador Amaury da APPD pediu Questão de Ordem solicitando a suspensão da votação do projeto em virtude de seu autor não estar presente em plenário e tratar-se de tema polêmico. O presidente Fabrício Gama expressou que isso poderia ser feito somente através de um acordo de lideranças e perguntou às lideranças partidárias presentes se acatavam a proposição. Havendo aceitação unânime desta proposta, o presidente suspendeu a votação do projeto por vinte e quatro horas. Entrou posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Institui o Dia Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis na cidade de Belém", constante no Processo nº 1920/19, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Manifestaram-se então os vereadores Rildo Pessoa, Enfermeira Nazaré Lima e Émerson Sampaio (com aparte do vereador Joaquim Campos). A vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. O vereador Rildo Pessoa atentou que a votação, mesmo simbólica, somente poderia ocorrer se houvesse quórum, observando não haver número suficiente de vereadores em plenário para tal. O vereador Moa Moraes sugeriu que se votasse a Questão de Ordem proposta, deixando-se a votação do projeto para a sessão ordinária posterior. O presidente Fabrício decidiu fazer a votação da Questão de Ordem de forma nominal, de forma a deixar registrada a falta de quórum na sessão. Posta em votação, a proposição foi aprovada por unanimidade, com quinze votos favoráveis. Não havendo quórum, o presidente Fabrício Gama encerrou a sessão às onze horas e vinte minutos, ficando o projeto constante no Processo nº 1920/19 em discussão. Estava licenciado o vereador Altair Brandão. Justificaram suas ausências os vereadores John Wayne, Blenda Quaresma, Mauro Freitas, Professor Elias e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Biéco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN - Solidariedade; Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Celsinho Sabino e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Joaquim Campos, pela bancada do MDB; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pela bancada do PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Émerson Sampaio, pelo PP; Neném Albuquerque, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 09 de março de 2020.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário